

Amato vai ao Congresso contra a estabilidade

«Não há nada estável no mundo. Nem o casamento é indissolúvel», afirmou ontem o presidente da Fiesp, Mário Amato, após reunião com presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e líderes do PMDB, para debater a questão da estabilidade na Constituinte. Amato levou ao PMDB a posição das Federações da Indústria de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Confederação Nacional da Indústria, em favor da proposta de emenda popular de iniciativa das indústrias do Rio Grande do Sul, que prevê o pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço aos empregados demitidos.

Participaram da reunião o presidente da CNI, Albano Franco, que afirmou que o objetivo do encontro era o de negociar uma «saída conciliatória», para a aprovação de uma relação «moderna» entre empregados e empregadores, sem «tirar a liberdade do empresário», o Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur Donato, que não quis dar entrevista à imprensa, e os líderes do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco, no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o senador José Richa (PR) e os deputados José Serra (SP) e Nelson Jobim (RS).

Mário Amato explicou, na saída, que eles analisaram as diversas propostas até agora apresentadas à Constituinte, com o objetivo de «elaborar um trabalho para proteger o empregado em harmonia com o empregador». Amato explicou que não se chegou a nenhuma decisão sobre o assunto, mas que esperava que «o poder político encontre uma solução. Nós mostramos os diversos caminhos — salientou — porque que queremos dar condições de trabalho sem preocupação com a estabilidade. O objetivo da lei deve ser o de impedir a despedida imotivada. Nada mais além disso».

Documento
A Fiesp estava preparando um documento aos constituintes abordando vários temas, inclusive o da

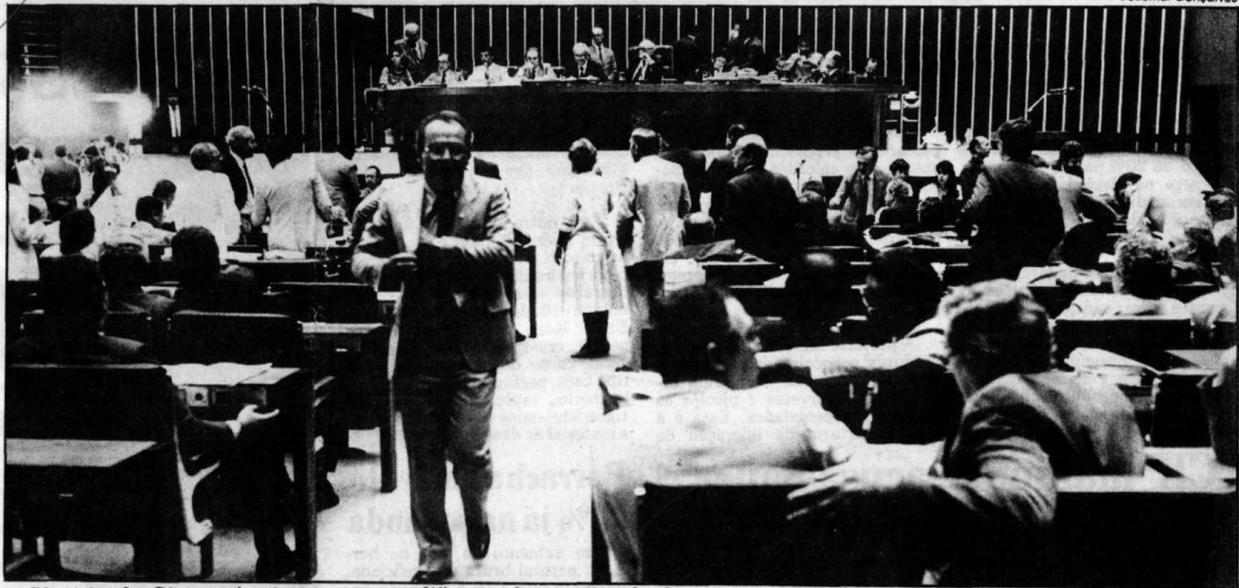
estabilidade proposto no projeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), mas, devido à proximidade da votação da questão, acabou por paralisar a coleta assinaturas e de elaboração de um texto final.

A maior entidade empresarial de São Paulo, que conta com o apoio da Confederação Nacional da Indústria, Federação de Bancos e outras Federações de Indústrias do País, segundo o seu presidente Mário Amato, entende que pode conseguir uma emenda razoável no caso da estabilidade. Na reunião de ontem, a estabilidade foi discutida como sendo uma catástrofe para a indústria e comércio e o setor de serviços em geral. Amato por várias vezes disse isso a seus companheiros de reunião, entre os quais o advogado Eduardo Assad, o vice-presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira e ao empresário Rui Altenfelder. Foi revelado também que os dirigentes da Fiesp têm mantido contatos com sindicalistas como Luís Antônio Medeiros, dos metalúrgicos, Rogério Magri, dos eletricitários, e que a posição de todos é contrária à estabilidade como é proposta no projeto de Bernardo Cabral.

A Fiesp também admitiu que há pressões de sindicalistas, principalmente ligados a CUT — Central Única dos Trabalhadores, para que se aprove o que havia sido proposto no primeiro projeto de Bernardo Cabral, o Cabral I. A delegação dos empresários foi ao gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, no Senado, e expôs sua posição, ganhando o seu apoio na votação contra o projeto do deputado Bernardo Cabral na questão da estabilidade. Depois se dirigiu ao gabinete de Ulysses Guimarães, o presidente da Constituinte.

Mário Amato e seus companheiros esperam que hoje, data da possível votação da questão da estabilidade, se consiga derrubar o projeto de Bernardo Cabral, pelo menos foi isso que garantiu um dos dirigentes da Fiesp que permaneceu em São Paulo.

Josemar Gonçalves



Plenário da Sistematização aprovou modificação do conceito de desapropriação, apesar do esforço da esquerda em derrotá-la

Ulysses tende a não aceitar a prorrogação

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, resiste ao pedido de prorrogação do prazo de votação na Comissão de Sistematização. Ele alega que o preocupam as sucessivas dilatações do prazo dos trabalhos da Constituinte, quando muitas decisões importantes para o país, inclusive a renegociação da dívida externa, dependem da promulgação da Nova Carta.

Ulysses foi procurado na manhã de ontem pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que foi transmitir-lhe o pedido de prorrogação do prazo de votação por até 30 dias, aprovado pelos membros da Comissão. O presidente da Constituinte pediu prazo até segunda-feira para dar a decisão final. Mas, desde já, tem-se manifestado contrário à ideia.

Os membros da Comissão de Sistematização concluíram que não é possível analisar todo o substitutivo do relator Bernardo Cabral dentro do cronograma estabelecido — até o dia 8 de outubro. Como não se pretende utilizar o instrumento do decurso de prazo (o que não foi analisado vai para o plenário na forma estabelecida no substitutivo), a mesa da comissão resolveu pedir a prorrogação do prazo.

Conveniência

O deputado Ulysses Guimarães disse que vai analisar durante o fim de semana a conveniência de prorrogar o prazo, mas antecipadamente demonstra que não vê problemas em se utilizar o decurso de prazo na Comissão de Sistematização. Ele observou que este instrumento é usado nas comissões e CPIS da Câmara e Senado, com os relatores fazendo seus pareceres oralmente em plenário.

A mesa da Comissão de Sistematização, reunida ontem pela manhã, decidiu ainda que será permitido daqui para frente que o autor de pedidos de destaque altere parcialmente o texto da Emenda, desde que o apresente antes de ser iniciada a votação.

A Comissão de Sistematização decidiu ainda que nos fins de semana só haverá votação aos sábados pela manhã — das 9h00 às 13h00 — e não mais aos domingos. Segundo o vice-presidente Jarbas Passarinho, a carga de trabalho dos membros da comissão de Sistematização está muito intensa, pois, além das votações que chegam a oito horas consecutivas, eles ainda têm compromissos em CPIS e sessões regulares da Câmara e Senado.

Sistematização faz apenas uma reunião

A Comissão de Sistematização decidiu realizar neste fim de semana apenas uma reunião, hoje, das 9 às 13h00, para continuar o processo de votação do substitutivo Bernardo Cabral. Amanhã, por decisão da Mesa, não haverá reunião. Os trabalhos serão retomados segunda-feira, às 14h00.

Outra decisão da Comissão de Sistematização: o autor das emendas poderão, se quiser, destacar apenas trechos ou expressões das emendas, o que até agora, era vetado.

Freire defende a dilatação de prazo

O líder do PCB, deputado Roberto Freire, acha importante que a votação na Comissão de Sistematização seja prorrogada. Isso, segundo ele, porque possibilita maior discussão e detalhamento de todos os pontos constantes no substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Freire afirmou que não acredita que a prorrogação comprometa o cumprimento do prazo estabelecido para a proclamação da nova Constituição, e assegura que a tendência do plenário é aprovar «pelo menos 90% do que ficar decidido na Comissão de Sistematização».

Para o parlamentar pernambucano que passou parte da manhã de ontem reunido com constituintes de vários partidos, mais o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, a prorrogação também deixa margens para entendimentos das lideranças sobre os pontos polêmicos, e citou a proposta de reforma agrária, cujas questões ligadas à imissão de posse e forma de indenização ainda estão «distantes de um consenso».

Reforma agrária depende de "indenização prévia"

Luiz Eduardo Costa

A esquerda sofreu um sério revés ontem na Comissão de Sistematização, que pode comprometer a votação da imissão imediata da posse quando estiver sendo votado o capítulo da reforma agrária. A inclusão da palavra "prévia" no parágrafo 35 do artigo 5º, alterou o conceito de indenização em casos de desapropriação por utilidade pública ou por interesse social.

Por 53 votos contra 40 os membros da Sistematização aprovaram um pedido de destaque de autoria do deputado José Egreja (PTB-SP), defendida pelo deputado Gastone Righi também do PTB de

São Paulo, na qual foi inserido no parágrafo 35 a palavra "prévia". Dessa forma ficou estabelecido que o Estado só pode desapropriar "mediante prévia e justa indenização".

O deputado José Genoíno (PT-SP) viu a derrota como um "péssimo sinal", porque demonstra que em questões econômicas, "a maioria do plenário tende a assumir uma posição conservadora". Genoíno acredita que a alteração do parágrafo 35 pode trazer problemas quando for votado o artigo que trata da reforma agrária, principalmente em relação a imissão imediata de posse, uma das questões mais polêmicas da Constituinte.

Roberto Freire (PCB-PE) também acredita que a inclusão da palavra "prévia" pode complicar a situação para as esquerdas quando for votada a reforma agrária, principalmente porque a alteração dá margem que os conservadores, que são maioria na

comissão, aproveem outros dispositivos restritivos ao conceito de desapropriação.

Antes de ser votada a emenda do deputado José Egreja, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) já fazia um apelo ao plenário para que não polemizassem em torno da questão e deixassem a briga para depois. Ele fez o apelo ao se posicionar contra um destaque do deputado Luis Inácio da Silva (PT-SP), que substituiu integralmente o parágrafo 35, dando um conceito mais avançado para a desapropriação da propriedade.

Esse destaque foi derrotado por 68 votos contra 23. Outra derrota sofrida pelas esquerdas foi em relação a um destaque do deputado Amaury Muller (PDT-RS) que acrescentava ao parágrafo, sem modificá-lo, a expressão "A Lei disciplinará a aquisição, o uso e os limites da propriedade". Perdeu por 61 votos contra 29.

Arquivo 21/10/86

Destaque paralisa a votação

A votação da Comissão de Sistematização esteve paralisada por uma hora e meia, ontem, durante a votação de destaque de emenda da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que pretendia modificar o parágrafo 37 do artigo 5º do segundo substitutivo do relator, o qual estabelece que «o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores».

A deputada queria que fosse acrescentada ao texto a incumbência do Congresso Nacional de instituir, por lei complementar, um código de defesa do consumidor. Antes que fosse votada a emenda, o relator Bernardo Cabral opinou que seria mais adequado que ela fosse

remetida para o capítulo das Disposições Transitórias, no qual já estava outro dos destaques de ontem, o da deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que também pedia a elaboração do mesmo código.

Durante hora e meia, o plenário da Comissão de Sistematização ficou discutindo se votava a emenda da deputada Rose de Freitas ou se esperava que esta fosse votada quando a Comissão de Sistematização chegasse finalmente às Disposições Transitórias. Após longas discussões, foi aprovado que a emenda da deputada deveria ser votada naquele momento. Computados os votos, a emenda foi, afinal, rejeitada.

Em 6 horas, só 4 parágrafos

A Comissão de Sistematização aprovou ontem apenas quatro parágrafos do artigo 5º do projeto que será levado a plenário.

Os quatro parágrafos foram aprovados após seis horas de sessão — das 14h00 às 20h00. Os parágrafos aprovados são os do artigo 5º, que dispõem sobre os direitos e garantias individuais.

Dos quatro parágrafos aprovados — os de n.ºs 35, 36, 37 e 38 —, apenas o primeiro teve seu texto alterado, com o acréscimo da expressão "prévia".

Assim ficou o texto:

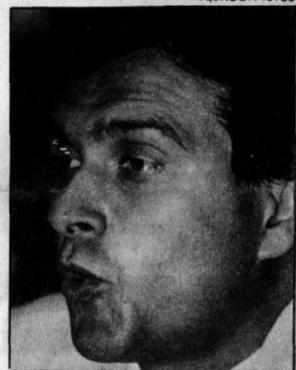
«§ 35. A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção

do meio ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso.

§ 36. É garantido o direito de herança.

§ 37. O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa dos consumidores.

§ 38. É livre a assistência religiosa nas entidades civis, militares e de internação coletiva, e será prestada sempre que solicitada pelo interessado.



Caiado faz nova advertência

UDR volta a ameaçar com manifestação

Belo Horizonte — Fazer antes da promulgação da nova Carta brasileira a maior manifestação pública da livre iniciativa da história do País. Esta foi a promessa que o presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR) Ronaldo Caiado, fez ontem, minutos antes de participar de um leilão de bezerros para arrecadar aproximadamente Cz\$ 6 milhões, destinados à regional da entidade na grande Belo Horizonte, instalada quinta-feira.

Irritado com o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, o líder ruralista advertiu para a possibilidade de promover um levante nacional caso seja aprovada a atual proposta constitucional. «Vamos fazer o levante da competência, de fazer ordeira e pacífica e não como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que instiga os trabalhadores a irem a Brasília munidos de foice e martelo», observou. Caiado não adiantou a data da manifestação, que será realizada no Distrito Federal.

Caiado despejou sua ira sobre o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), lembrando que ele comanda apenas "a esquadinha de butique (PT, PC do B e PCB) que vive na sombra de quem sempre produziu no País". O presidente da UDR disse que a entidade e a livre iniciativa não aceitarão caladas os absurdos que os parlamentares da Comissão de Sistematização querem impor à Nação em nome do social.

Sobre a reforma agrária ele frisou, novamente, que o Governo é o maior latifundiário do mundo, já que possui 112 milhões de hectares de terras devolutas em 12 estados brasileiros. «O programa deve começar por estas terras», salientou, destacando que os produtores rurais querem a oportunidade de lutar no Judiciário para coibir os abusos do Poder Executivo. Elogiou, entretanto, o ministro Jader Barbalho por ser um homem conceituado entre os trabalhadores e os produtores rurais. Contudo, não perdoou o Governo do presidente José Sarney:

«E um doente que está com o quadro febril, que ao invés de procurar a causa da febre, bota a culpa no termômetro», comparou, revelando sua formação na medicina.



Josemar Gonçalves

Cristina levanta suspeita

A morosidade das votações no plenário da Comissão de Sistematização provocou ontem uma reação indignada da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Por duas vezes durante a sessão ela pediu a palavra para questionar a Mesa sobre o funcionamento do novo painel eletrônico de votação, (foto), que até agora não entrou em operação, apesar de já ter sido instalado.

Cristina Tavares chegou a levantar a suspeita de que o atraso no funcionamento do painel, que iria diminuir em muito o tempo de votação, foi premeditado. Segundo ela pode estar havendo interesses para

que as votações sejam morosas e assim atrasar os trabalhos da Constituinte. A resposta da Mesa, foi, de que seus funcionários ainda estavam se habituando com o novo equipamento, que se utiliza inclusive de um computador, não convenceu a deputada.

O diretor da Câmara, Ademar Sabino, garante que o painel estará pronto para ser operado pelos parlamentares na próxima semana. Segundo Ademar, os funcionários da Câmara ainda não se acostumaram com o novo equipamento e por isso estão fazendo testes todos os dias, após as sessões.